

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

O êxito do Legislativo

Uma abordagem isenta sobre o desempenho do Congresso Nacional na sessão legislativa em vias de encerramento seguramente resultará positiva nas projeções da qualidade, celeridade e eficácia do trabalho realizado. Colegiado portador da mais autêntica e elevada representação política, pois constituído por outorga expressa dos poderes originários do povo, cabe ao Poder Legislativo a crítica responsabilidade de amparar a sociedade com o ajustamento de suas inquietações às possibilidades tangenciais da lei.

Tal perfil concede à instituição o desfavor de uma exposição ininterrupta à vigilância da coletividade nacional, ao contrário do que sucede aos demais poderes, onde as atividades nem sempre ganham os largos espaços da opinião pública. Por isso mesmo são frequentes as críticas dirigidas ao Legislativo, na maioria dos casos fruto da ignorância sobre sua capacidade operacional, responsabilidade política e esfera de competência. A natureza das atribuições que lhe são cometidas pelo ordenamento constitucional exige de seus membros reflexão profunda, exame sistemático das propostas e deliberação coerente com a necessidade de realizar as aspirações médias do povo.

Para ser o mais perfeito possível, o trabalho legislativo há de ser necessariamente demorado, sob pena de criar situações conflituosas no âmbito da sociedade e tornar inviável a execução da lei. Nasce daí a crítica apaixonada de setores eventualmente atingidos pela morosidade, que a falta de conhecimento adequado da exponencial função política do Congresso universaliza pela coletividade.

Conhecidos tais pressupostos da realidade institucional, registre-se que a Câmara e o Senado realizaram de forma absolutamente correta as tarefas que lhes foram propostas, por iniciativa própria ou provocação dos demais poderes, ao curso da findante sessão legislativa.

Fez-se a travessia com um saldo de realizações apreciável, em um ano singularizado por importantes iniciativas e extremamente rico em novas alternativas para o desenvolvimento político, econômico e social do País. Em nenhum momento, o Poder Legislativo tropeçou nas dificuldades, antes as removeu com o concurso da inteligência política e pela prática exaustiva da tolerância e da busca do entendimento.

Entre as matérias de maior peso político e ressonância social aprovadas incluem-se as leis autorizativa da privatização de empresas estatais, da regulação constitucional dos custos e benefícios da Previdência Social e a da disciplina para o reajuste de salários. Mais de duas dezenas de medidas provisórias, cuja importância reside nos pressupostos de sua admissibilidade (urgência e relevância), foram convertidas em leis, a maioria delas aperfeiçoadas por emendas de mérito e de racionalização de texto.

Seguramente, o elogiável desempenho do Congresso ainda se manifestou na cassação de um de seus membros, por meio de uma decisão dolorosa, mas necessária para manter ascética a face moral da instituição. Também exibiu esse mesmo teor de culto à dignidade a moderação com que as duas casas reajustaram os salários de seus integrantes, fato destinado a converter-se em advertência a algumas assembleias legislativas que, em atitude despudorada, concederam vencimentos babilônicos aos parlamentares.

É indispensável reconhecer, finalmente, que o êxito da sessão legislativa se deve, em parte substancial, à atuação eficiente, austera e digna dos presidentes do Senado e da Câmara, senador Mauro Benêvides e deputado Ibsen Pinheiro. Políticos hábeis, com autoridade consolidada pela honradez pessoal e larga experiência no trato das candentes questões nacionais, ambos foram exemplares na direção dos trabalhos legislativos.